

A escrita como modo de vida: conexões e desdobramentos educacionais

Julio Groppa Aquino

Universidade de São Paulo

Resumo

Tomando por base as principais reflexões de Michel Foucault sobre o ato de escrever, o presente ensaio discorre sobre a correlação intrínseca entre os modos de escrita e de vida nas escolas, apontando para uma agonística em operação diuturna nas práticas escriturais levadas a cabo nesse quadrante. Isso significa que, no interior dos procedimentos de escrita, embatem-se forças superlativas, tanto no sentido da investida unificadora dos modos de subjetivação aí implicados, quanto na direção de uma transfiguração radical desses mesmos modos, tendo em vista a sua multiplicação. Adensando a discussão teórica, tematiza-se a escrita de si, tal como formulada por Foucault, como um esforço escultural desmedido em favor de uma dispersão, uma rarefação e, então, uma elisão subjetivas. Em seguida, interpelem-se analiticamente três argumentos recorrentes acerca da escrita escolar: sua categorização segundo gêneros, sua função examinatória e sua subordinação à leitura. Por meio de tal exame crítico, visa-se desestabilizar as bases de justificação de um tipo de apropriação representacional e cientificista dos fazeres escriturais escolares, bem como fabular cenários divergentes de seu *mainstream*. Por fim, intenta-se perspectivar a escrita como circunstância propícia à estilização existencial daquele que escreve, tendo em mente, com Foucault, o imprescindível esforço de resistência e de autocriação ética diante dos jogos subjetivadores típicos das práticas escolares. Trata-se do inextricável movimento de diferença e de variação que uma escrita não cativa das convenções pedagógicas da época faculta e, ao mesmo tempo, exige de todo aquele que por ela envereda.

Palavras-chave

Michel Foucault – Escrita escolar – Processos de escrita – Modos de subjetivação.

Correspondência:

Julio Groppa Aquino

Universidade de São Paulo

Departamento de Filosofia da

Educação e Ciências da Educação da

Faculdade de Educação

Av. da Universidade, 308

05508-040 – São Paulo

E-mail: groppaq@usp.br

Writing as a way of life: educational connections and unfoldings

Julio Groppa Aquino

University of São Paulo

Abstract

Drawing on Foucault's main reflections about the act of writing, the present essay expounds the intrinsic correlation between ways of writing and ways of living at schools, pointing out the daily agony involved in the writing practices conducted in these contexts. This means that, within the procedures of writing, superlative forces are in battle, both in the sense of the unifying attack of the subjectivation modes implied therein, and in the direction of a radical transfiguration of these same modes aiming at their multiplication. Deepening the theoretical discussion, the text approaches the question of self writing, as formulated by Foucault, as a disproportionate sculptural effort in favor of a subjective dispersion, rarefaction and, then, elision. Next, three recurring arguments about school writing are analytically questioned: its categorization in genres, its examining function, and its subordination to reading. With this critical examination, the purpose is to destabilize the bases for justifying a kind of representational and scientificist appropriation of the school writing activities, as well as to conjure up scenarios divergent from the mainstream. Lastly, it is also an objective here to view writing as a circumstance propitious to the existential styling of the writer, having in mind, with Foucault, the indispensable effort of resistance and ethical self-creation in the face of the subjectivation games typical of school practices. It is the inextricable movement of difference and variation that a writing liberated from the pedagogical conventions of the time affords and, at the same time, demands of all those who pursue it.

Keywords

Michel Foucault – School writing – Writing processes – Subjectivation modes.

Contact:

Julio Groppa Aquino
Universidade de São Paulo
Departamento de Filosofia da
Educação e Ciências da Educação
da Faculdade de Educação
Av. da Universidade, 308
05508-040 – São Paulo
E-mail: groppaq@usp.br

Eu queria que as palavras [...] atravessassem muros, fizessem saltar fechaduras, abrissem janelas.

Michel Foucault

Por ocasião da reedição de *História da loucura* na Idade Clássica, em 1972, Michel Foucault apresenta uma segunda versão de seu prefácio em que não mais se verá aludido o tema da desrazão, mas o das tensões que contornam a escrita/leitura de um livro – esse *evento minúsculo, pequeno objeto manejável*, segundo ele.

Em poucas linhas, o pensador esboça uma espécie de quadro geral das forças que governam os trabalhos da escrita (e, conseqüentemente, da leitura), ao qual retornará diversas vezes, e de distintas maneiras, em seus escritos. No entanto, naquele breve prefácio, encontrar-se-á, a nosso ver, o cerne de seu projeto de escrita. Vejamos:

Gostaria que esse objeto-evento, quase imperceptível entre tantos outros, se recopiasse, se fragmentasse, se repetisse, se simulasse, se desdobrasse, desaparecesse enfim sem que aquele a quem aconteceu escrevê-lo pudesse alguma vez reivindicar o direito de ser seu senhor, de impor o que queria dizer, ou dizer o que o livro devia ser. Em suma, gostaria que um livro não se atribuísse a si mesmo essa condição de texto ao qual a pedagogia ou a crítica saberão reduzi-lo, mas que tivesse a desenvoltura de apresentar-se como discurso: simultaneamente batalha e arma, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetível. (FOUCAULT, 2005, p. viii)

Das ponderações sobre a relação escrita/loucura (1999, 2001a), passando ora pela função autor (2001b), ora pela escrita/exame (1987, 2003), até, por fim, a escrita de si (2004a), Foucault, parece-nos, oferece um conjunto de reflexões que apontam para uma

agonística em operação diuturna nas práticas escriturais. Isso significa que, no interior dos procedimentos de escrita, embatem-se forças superlativas, tanto no sentido da investida unificadora dos modos de subjetivação aí implicados, quanto na direção de uma transfiguração radical desses mesmos modos, tendo em vista a sua multiplicação.

Embora Foucault não tenha elegido a escrita como objeto específico de interesse, trata-se de uma questão que, é necessário reconhecer, pontilhou grande parte da sua trajetória de pensamento, o que pode ser atestado não apenas em várias passagens de seus textos, mas também e sobretudo em sua própria escritura.

Gilles Deleuze (1988) assevera que

[...] Foucault nunca encarou a escritura como um objetivo, como um fim. É exatamente isso que faz dele um grande escritor, que coloca no que escreve uma alegria cada vez maior, um riso cada vez mais evidente. (p. 33)

Também Paul Veyne (2009) assinala que a distinção da escrita foucaultiana consistiria num tipo peculiar de efeito sobre o leitor:

[seus livros] Não são comunicativos, não são próprios para elevar o tônico vital dos seus leitores. Foram escritos à espada, ao sabre por um samurai, seco como um sílex, cujo sangue frio e reserva não tinham limites. São eles próprios espadas cujo manejo supõe um leitor possuindo por si o tônico vital em questão. (p. 49-50)

A disjunção a que se refere Veyne se dá em virtude de Foucault postar-se como um intercessor que solenemente oferece suas costas ao leitor, refratário que é a qualquer clamor de ascendência, de servidão cognitiva, de existência intelectual de segunda mão. Ansiava ele que seus livros operassem como artefatos explosivos – eficazes feito bombas e, igualmente, belos como fogos de artifício – que, depois de

carbonizados pelo uso, deixassem nada além de um rastro marcante na memória (FOUCAULT, 2006).

Somadas, a virtuosidade cortante do escritor e a gratuidade expansiva contida em seus escritos constituem uma prova cabal da axiomática segundo a qual o trabalho da escrita se confunde com o de viver ou, mais precisamente, com um modo intensivo de conduzir a própria existência. Escrever consistiria, assim, numa experiência de transformação do que se pensa e, acima de tudo, do que se é; uma experiência avessa, ademais, a qualquer apelo comunicativo ou normativo. Em última instância, apenas superfície de inscrição de uma vida: seus revezes, suas circunvoluções, seu inacabamento compulsório.

[...] meus livros são, para mim, experiências, em um sentido que gostaria o mais pleno possível. Uma experiência é qualquer coisa de que se sai transformado. Se eu tivesse de escrever um livro para comunicar o que já penso, antes de começar a escrevê-lo, não teria jamais a coragem de empreendê-lo. [...] Sou um experimenter no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais pensar na mesma coisa de antes. (FOUCAULT, 2010, p. 289-290)

Se plausível for a hipótese da correlação intrínseca entre modos de escrita e de vida, seus desdobramentos para as práticas pedagógico-escolares se tornam incontáveis. Isso porque, pensando com Foucault, as rotinas escriturais aí sediadas findam por desempenhar um papel axial na maquinaria subjetivadora da institucionalização escolar, via a sedimentação de determinados protocolos normativos a elas conexos. É o que este ensaio pretende problematizar, por meio da interpelação de três argumentos recorrentes acerca da escrita escolar: sua categorização segundo gêneros, sua função examinatória e sua subordinação à leitura.

Não obstante a marcha cotidiana em prol da estratificação e do automatismo de suas formas, tais rotinas podem porventura se constituir como circunstância propícia à estilização existencial daquele que escreve, tendo em mente, ainda na companhia de Foucault, o imprescindível esforço de resistência e de autocriação ética diante dos jogos subjetivadores típicos das práticas escolares. É isso também o que aqui se intenciona perspectivar – sem, contudo, nenhum ensejo prescritivo.

Dada a dupla intencionalidade de nossa empreitada, este ensaio se situa na esteira de um endereçamento essencialmente crítico ao trabalho educacional na atualidade, arrogando, de contrapeso, a chance de outros cenários para as práticas escriturais aí levadas a cabo. Para tanto, parte da tematização da escrita no marco do *cuidado de si*, tal como formulado por Foucault em sua produção ulterior. Enveredemos pela questão.

Da escrita de si à elisão subjetiva

Atento à relação inextricável entre relações de poder e modos de subjetivação, Foucault, especialmente no último livro que publicou, *História da sexualidade 3* (1985), no curso *A hermenêutica do sujeito* (2004c), assim como em algumas entrevistas, dá a conhecer o horizonte geral de suas investigações acerca do cuidado de si.

Concebido como um modo de vida ético, o cuidado de si, na analítica foucaultiana, não expressa nenhuma convocação a um retorno metafísico ao estilo de vida antigo, mas uma possibilidade estratégica de interpelação dos atuais modos de subjetivação. Ocupar-se de si mesmo despontaria como uma dobra das relações de poder, por meio da abstenção do jugo quer do outro, quer de si por si mesmo, não se tratando, em absoluto, da edificação de uma moral universal e exógena, embora encontre sua destinação nas relações com o outro.

Frédéric Gros (2006) alegará que a convocação do cuidado de si em Foucault nada teria a ver com proselitismo, espontaneísmo ou egolatria. Ao contrário, trata-se de algo catalisador de uma maneira expandida de ação política, a qual teria as relações consigo como sua condição ontologicamente primeira. Isso porque, no rigor e na austeridade do cuidado de si,

[...] é preciso chamar um outro, e é um outro que deve nos ajudar a cuidarmos bem de nós mesmos: donde a figura do mestre da existência. O cuidado de si não é tampouco uma atividade solitária, pois supõe sempre o acompanhamento de um mais velho e ele se distribui segundo atividades eminentemente sociais: conversações, troca de cartas, ensinamento e aprendizagem em escolas, formações individuais, etc. (p. 132)

Temos aqui uma mostra da irredutibilidade do trabalho educacional *lato sensu*, por meio da figura do *mestre da existência*, o que levará Foucault (2004c) a formular uma distinção entre pedagogia e psicagogia: enquanto à primeira estaria reservada a transmissão da verdade a fim de dotar o sujeito de saberes e de capacidades que não possui, a segunda desdobrar-se-ia em torno de práticas de cuidado a título de transformação de seu modo de ser; práticas tomadas entre os pensadores estoicos como exercício de liberdade e como condição *sine qua non* da condução da *polis*.

Exercício marcado por zelo e austeridade, o cuidado de si firma-se como a construção voluntária, laboriosa e permanente de uma posição ética diante do mundo, posição ancorada no princípio de que, “entre si e si mesmo, abre-se a distância de uma obra de vida a ser realizada” (GROS, 2006, p. 135). Para Veyne (2009), “lançando-se ele próprio sobre si mesmo, enquanto obra a trabalhar, o sujeito dar-se-ia uma moral que já nem Deus, nem a tradição, nem a razão sustentam” (p. 112). Uma moral sem moral, por assim dizer.

De acordo com Deleuze (1988), a moral, em Foucault, remeteria ao conjunto de regras coercitivas baseadas em julgamentos atrelados a valores transcendentais, ao passo que a ética consistiria propriamente num conjunto de regras facultativas empregadas para avaliar o que se diz e o que se faz em razão do modo de vida aí implicado. Sem imperativos categóricos, pois.

Ora, se o ser ético é aquele movido por uma potência expansiva de diferenciação, o ser moral seria, em contrapartida, dominado por uma interioridade tirana, marcada pela busca obsedante do autoconhecimento – algo relativizado pela cultura greco-romana, reapropriado pelo cristianismo e atualizado, na contemporaneidade secularizada, pelos *experts* laicos, em especial aqueles designados pelo radical *psi*, encarregados do *governo das almas* dos cidadãos (ROSE, 1998).

Foucault atentou para o emprego de determinadas práticas escriturais destinadas ao cuidado de si. Segundo ele, houve dois tipos de técnicas com tal finalidade: as anotações pessoais (*os hypomnemata*) de fragmentos sobre coisas lidas ou ouvidas, as quais serviam de memória e de guia de conduta; e as correspondências, por meio das quais o emissário se narrava a outrem, pedindo ou ofertando conselhos.

No primeiro caso, os apontamentos pessoais tinham a função de “reunir o logos fragmentado, transmitido pelo ensino, pela escuta ou leitura como meio de estabelecer uma relação de si para consigo tão adequada e perfeita quanto possível” (FOUCAULT, 1995, p. 273). No segundo, relembra o pensador: “para cuidar bem de si, é preciso ouvir as lições de um mestre. Precisa-se de um guia, de um conselheiro, de um amigo, de alguém que lhe diga a verdade” (2004b, p. 271).

Por meio de tais modalidades de escrita, almejava-se operar um tipo preciso de recolhimento de si sobre si mesmo, de modo que se fosse capaz de desfrutar da própria companhia, o que implicava um adestramento vo-

luntário, tomado como condição de uma *arte de viver* infensa a qualquer assédio doutrinal, religioso etc., num esforço explicitamente ontologizante, jamais psicologizante:

[...] Não se trata de provocar em si um desdobramento interior pelo qual eu me constituiria a mim mesmo como objeto de uma observação introspectiva, mas de concentrar-me em mim e de acompanhar-me. (GROS, 2006, p. 130)

Estamos diante de práticas de si nas quais o que está em pauta é um trabalho rigoroso de autodomínio e de autofortalecimento por meio dos processos de fabricação de um si por e para si mesmo; processos em relação aos quais o outro surge como um parceiro mediato, ainda que seja o alvo último da ação. Ética e política irmanadas, portanto, no plano empírico de uma estilística existencial, esta consubstanciada numa modalidade de escrita em que o que está em jogo é a incitação de si por si, e não a subordinação de um pelo outro, como sói acontecer na escrita de cunho confessional e assemelhados.

Para Michel Onfray (2009), a própria vida e seus itinerários seriam a matéria-prima por excelência da escrita – no caso, filosófica. Assinalando alguns exemplos desde Santo Agostinho até Nietzsche e, sobretudo, Montaigne, o filósofo advoga em favor de um escrever rigorosamente em primeira pessoa, sustentando que

[...] partir de si próprio não obriga a permanecer em si, nem a procurar nisso um prazer potencialmente culpável. Entre a recusa do eu e o egotismo arrebatado é possível conceder um estatuto singular ao eu: uma oportunidade para apreender o mundo com vista a desvendar alguns de seus segredos. (p. 63)

Para ele, entre aqueles que não deixam margem ao que foi extraído da experiência pessoal e os outros que dela se alimentam, cabe

aos segundos mostrar que qualquer ontologia tem uma fisiologia que a precede. Na esteira nietzschiana, Onfray propõe que o trabalho do pensamento nada mais é do que a confissão de um ser que sofre, crivado entre a carne que diz *eu* e o mundo que a contém.

Se, por um lado, há uma potência conceitual num dizer infinitivamente pessoal, por outro, é necessário ter em mente o perigo do ensimesmamento que, em igual medida, aí se insinua. Uma faca de dois gumes afiados, cujo manuseio exige pronunciada destreza.

Para tanto, a recusa ao cerco narrativo-identitativo torna-se crucial, a começar pelo abandono do reclamo autoral. Infensa ao horizonte da *comunicação*, da *expressão* ou mesmo da *revelação* de um eu reflexivo, a escrita passa a se constituir como efeito radicalizado daquilo que Maurice Blanchot (2005) distende com exatidão ao comentar a obra beckettiana:

[...] aquele que escreve já não é Beckett, mas a exigência que o arrastou para fora de si, o desapossou, o desalojou, entregou-o ao fora, fazendo dele um ser sem nome, o Inominável, um ser sem ser que não pode nem viver, nem morrer, nem cessar, nem começar, o lugar vazio em que fala a ociosidade de uma fala vazia e que é recoberta, bem ou mal, por um Eu poroso e agonizante. (p. 312)

A reboque do pensamento foucaultiano, a escrita de si remeteria a um esforço escultural desmedido em favor de uma dispersão, uma rarefação, e, então, uma elisão subjetivas. Isso porque, no duelo contra a força do hábito autoral, são as forças da impessoalidade, e não só da anonimidade, que aí emergem. Multivocidade pura, se se quiser.

O próprio Foucault o dirá:

A escrita se desenrola como um jogo que vai infalivelmente além de suas regras, e passa assim para fora. Na escrita, não se trata de manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um

sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não pára de desaparecer. (2001b, p. 268)

Nessa perspectiva,

[...] as mãos que escrevem não são dele [do sujeito], nem de ninguém, muito menos de algum autor, que nada mais é do que um sujeito inventado. Elas escrevem uma escrita anônima, despersonalizada. (CORAZZA, 2006, p. 28)

Eis o ponto exato de culminância entre escrita e vida, em que a primeira se oferece como modo e ocasião para a vertiginosa multiplicação de formas da segunda. Para que se possa contextualizar tal movimento, faz-se necessário, antes, um enfrentamento analítico das práticas escreventes (no caso, escolares) capaz, a um só tempo, de desestabilizar suas bases de justificação e de fabular cenários divergentes de seu *mainstream*, instando-as, assim, a se proliferarem em diferentes direções e sentidos.

Interpeleções aos protocolos escriturais escolares

Em um de seus textos mais memoráveis – intitulado *Escritores, intelectuais, professores* –, Roland Barthes (2004b) dimensiona com acuidade a relação instável entre esses três personagens sociais. Para ele, não haveria necessariamente incompatibilidade entre a linguagem dos dois últimos, ao passo que o primeiro estaria separado dos demais. Isso porque “a escritura começa onde a fala se torna impossível” (p. 395).

Em seguida, Barthes situa determinadas injunções entre os lugares de professor e de escritor, e entre este e o de pesquisador. No primeiro caso, a fala é instantânea e, ao mesmo tempo, definitiva, posto que privada do princípio da rasura inerente à escrita. Sua possibilidade corretiva seria a tartamudez, segundo uma distensão infinita. Algo semelhante faz Deleuze

afirmar, em seu *Abecedário* (2005), que “escrever é limpo e falar é sujo”, sem com isso pressupor que haja uma relação de prevalência entre um e outro.

No que concerne às posições de pesquisador e de escritor, Barthes é preciso ao apontar que “a ‘pesquisa’ é então o nome prudente que, sob a imposição de certas condições sociais, damos ao trabalho de escritura” (2004b, p. 393).

Para ele, a pesquisa, investigue o que investigar, jamais pode relegar seu estatuto de linguagem ao segundo plano. Exemplo magno disso é o próprio campo educacional, uma vez que o que nele se produzem são artefatos escriturais tão somente – o que vale para todo tipo de produção textual nesse quadrante, em quaisquer de seus níveis e segmentos.

As práticas escriturais, objeto por excelência da intervenção pedagógica e alvo, portanto, das mais implacáveis formas de normalização, de enquadramento e de policiamento (ARTIÈRES, 2006), oferecem-se como um continente prenhe de desconstrução, bem como um lócus concreto a partir do qual podemos nos situar criticamente ante a atualidade pedagógico-escolar. Dito de outro modo, a escrita e seus afazeres despontam como um campo empírico de lutas críticas em favor da potencialização dos modos de existência aí em causa.

A fim de desdobrar tal hipótese, urge problematizar os protocolos normativos entranhados nas rotinas escriturais escolares. Para tanto, interpelemos três argumentos usuais, de vocação nitidamente dogmática, que arregimentam um tipo de apropriação dominante da escrita entre seus protagonistas.

O primeiro é aquele referente à disciplinarização forçosa do campo escritural, operada por meio da categorização dos gêneros, do gradeamento do estilo. Isso porque, no universo pedagógico-escolar, toda formulação que não se queira representacional, demonstrativa ou ilustrativa tenderia a ser enquadrada como *literária*, *metafórica* e *quetais*, como se se tratasse

aí de um imenso depositário de todos os restos expressivos refratários ou opacos ao jargão pedagogicamente correto. Nítido disparate da norma pedagógica. Mais: estratégia repisada do patrulhamento escritural.

A confusão de fronteiras entre gêneros/estilos discursivos, rumo a uma hibridização radical dos procedimentos escriturais, torna-se crucial quando se trata de assumir – com Foucault, novamente – que as palavras não operam como correspondentes ora mais, ora menos precisos das coisas, e que a tarefa do pensamento não é, de modo algum, a conversão de uma a outra realidade, à moda das explanações descritivas com o selo de objetividade, sistematicidade e abrangência. Como dirá Foucault (2007), “se a linguagem exprime, não o faz na medida em que imite e reduplique as coisas, mas na medida em que manifesta e traduz o querer fundamental daqueles que falam” (p. 401); querer atinente, claro está, ao plano das relações de poder, e não ao das faculdades psicológicas.

Assim, a escrita partidária de um quadro de referência não representacional e não cientificista não apenas se recusaria a falar em nome das coisas, mas se devotaria a problematizar o que delas se diz, conferindo-lhes uma razão singular, insuspeita – importando apenas o efeito de desconstrução dos regimes de verdade que tal investida opera, e não sua obstinação por verossimilhança ou autenticidade. Tal modo de escrita desdobrar-se-ia no registro de uma palavra-coisa que não se oferece à dissecação, ao crivo reflexivo do já visto, às amarras do já consagrado, à padronização intelectual perpetrada pela camisa-de-força da obrigação de descrever a *verdade* das coisas.

Desta feita, transtornar a veracidade da verdade (aquilo que foi dito e feito das coisas), duelando contra a arbitrariedade e a contingência de seus estatutos, resumiria, no escopo foucaultiano, o compromisso maior de nossa faculdade de pensar.

Ora, se o trabalho da escrita, em sua potência fundadora, em nada se aproximaria da mimese, mas da vontade de ficção e da coragem

da criação, tratar-se-ia, no plano do pensamento, de abdicar de tomar a palavra como representação. Impossível, pois, não fazer coro com Deleuze e Guattari (1995), quando propõem que “escrever não tem a ver com significar, mas com agrimensurar, cartografar, mesmo que sejam regiões por vir” (p. 13).

Trata-se, portanto, de desdobrar palavras sobre palavras; palavras cujas existências decerto não almejam ser escrutinadoras daquelas das quais devêm, mas, no limite, insistir por algum tempo no mundo a fim de se metamorfosearem em outras tantas. Jorge Larrosa (2001) compreende tal designio da seguinte maneira:

Tem de se estar à altura das palavras que digo e que me dizem. E, sobretudo, tem de se fazer continuamente com que essas palavras destroem e façam explodir as palavras preexistentes. Somente o combate das palavras ainda não ditas contra as palavras já ditas permite a ruptura do horizonte dado, permite que o sujeito se invente de outra maneira, que o eu seja outro. (p. 40)

Disso decorre que uma escrita dessa envergadura recusa com veemência o apego ou o privilégio a determinado gênero/estilo narrativo. Foucault (2006) talvez concordasse com isso, se levarmos em conta um de seus pronunciamentos sobre a questão:

Gostaria de escapar desta atividade fechada, solene, redobrada sobre si mesma, que é, para mim, a atividade de colocar palavras no papel. [...] Eu gostaria que ela [a escrita] fosse um algo que passa, que é jogado assim, que se escreve num canto de mesa, que se dá, que circula, que poderia ter sido um panfleto, um cartaz, um fragmento de filme, um discurso público, qualquer coisa... (p. 81)

Como aí se pode entrever, a potência da escrita pode dar-se por quaisquer caminhos ou suportes expressivos. Mais importante do

que sua afiliação narrativa prévia é o pasmo que ela porventura cause, via o modo como faz cumprir aquilo que forja, operando apenas pelos efeitos de imprevisibilidade e de dilatação da experiência naquele que é por ela tocado. Dito de outro modo, mais vale sua performatividade do que sua fidedignidade em relação aos cânones e sua artificialidade constritiva. Nesse sentido, recusar abertamente o encarceramento disciplinar-pedagógico que assola as modalidades da escrita escolar não significaria apenas um recurso tático, mas um norte ético-político àqueles que a ela se dedicam.

Assim compreendida, a escrita talvez fosse capaz de subsidiar a materialização de outro tipo de *experiência*, semelhante àquela concebida por Larrosa (2004): nem informação, nem opinião, nem velocidade, nem excesso de atividade, mas aquilo que nos afeta, “que nos passa, ou nos toca, ou nos acontece, e ao nos passar nos forma ou nos transforma” (p. 163). Acrescente-se: uma experiência intransferível, indiscernível e sempre pronta a se refazer, a tal ponto que ela não apenas não obstaculize a emergência do novo, mas que se preste exatamente a germinar mais escrita, outras escritas. Uma escrita-floração, em síntese.

O segundo argumento postula uma arraigada tradição da escrita escolar: a de que seu uso primordial remeteria à aferição das competências discentes. Por meio de uma escrita verificatória, seria possível comprovar a adesão cognitiva por parte do alunado aos regimes de verdade ali veiculados. Uma escrita-inquérito, agora.

A função examinatória das práticas escriturais escolares afigura-se como um dos pilares do servilismo reproducionista típico da escola moderna; servilismo animado pelo movimento reiterativo da explicação e da reconhecimento infinitas que, salvo raríssimas exceções, informa as práticas pedagógicas de ponta a ponta, desde sua fundação; servilismo subsumido na lógica da aprendizagem escolar como transposição mecânica dos saberes mormente

enciclopédicos ali professados (seja na forma clássica da cópia, seja na da glosa); servilismo herdeiro do indelével iluminismo pedagógico e seu lastro eminentemente rememorativo, exegeticamente e laudatório, não obstante proclame-se secularizado, antiobscurantista, científico.

Daí o bordão pedagógico que decreta uma suposta progressão ideal dos escritos mais informais e concisos àqueles mais complexos, mais dissertativos e, enfim, mais avizinados à presumida verdade das coisas ali em jogo. Ora, quanto mais circunscrito e orgânico, mais vigoroso pode ser o exercício da escrita. Aqui, confere-se primazia ao procedimento taquigráfico, fragmentário ou aforismático como uma possibilidade de efetuação do escrever potente.

A lógica basal que sustenta o minimalismo dos escritos é a de que, no plano do pensamento, há uma potência inerente às *ideias curtas*, tal como apregoam Deleuze e Guattari (1992). Pensar, na perspectiva dos filósofos franceses, implica desinflationar o que já se pensa para que o impensado possa encontrar modos de efetivação, também e sobretudo na própria superfície escritural. Para isso, será preciso torcer as palavras até o limite de sua esgarçada – algo consoante ao que Graciliano Ramos, a seu modo, avia:

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam primeiro com uma primeira lavada. Molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando água com a mão. Batem o pano na lage ou na pedra lima e dão mais uma torcida e mais outra. Torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. (*apud* BRITO, 2007a, p. 125)

O minimalismo aqui preconizado reivindica não uma parcimônia geral da sintaxe na direção de uma contrarretórica, mas um desalocamento estratégico do contexto discursivo que conforma e contém a multiplicidade possível de significação da própria linguagem em uso. Escrever, desse modo, implicaria atentar não para um uso supostamente mais adequado do léxico, mas aos restos, migalhas e rebotalhos de sentido que o atravessam sem cessar – aquilo que, no entendimento foucaultiano, remeteria precisamente ao campo das *heterotopias*, as quais

[...] solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a “sintaxe”, e não somente aquela que constrói as frases – aquela, menos manifesta, que autoriza “manter juntos” (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. (2007, p. xiii)

Disso decorre que, numa escrita de teor heterotópico – não finalista, portanto –, nada quereria ser necessariamente anunciado, defendido ou rechaçado, a fim de fazer triunfar a veridificação do que lá se inscreve, mas apenas sublevar-se no plano do pensamento; sublevar-se de modo abrupto e por um breve intervalo de tempo.

Aquele que se arriscasse a fazê-lo ver-se-ia converter num ser em tormento: alguém dobrado sobre si mesmo, guerreando contra aquilo que já não pensa, ou que pensa não mais pensar, mesmo sem ter o domínio exato daquilo que passou a pensar. Algo semelhante faz Foucault (2002) declarar:

Eu penso para esquecer. Tudo o que eu disse no passado é totalmente sem importância. Escrevemos alguma coisa quando ela já foi muito usada pela cabeça; o pensamento exangue, nós o escrevemos, é tudo. O que eu escrevi não me interessa. O que me interessa é o que eu poderia escrever e o que eu poderia fazer. (p. 295)

Na trilha da experiência foucaultiana, seria necessário admitir uma espécie de germe de excrescência imanente ao trabalho escritural, uma vez que os escritos se despregam daquele que os gesta para nunca mais a ele retornarem. A palavra pregressa pesa, esquiva-se, recusa-se a se deixar restituir, perdendo sua valia no ato mesmo de sua aparição. Letra morta, ela diz daquilo que deixamos de pensar, jamais do que, hoje, somos porventura capazes de fazer ou do que poderemos vir a fazer com nosso pensamento.

Os escritos são crias da escrita e, ao mesmo tempo, seus algozes. Congelados no tempo, findam eles por se opor à força seminal da aventura escrevente, plasmando-a no já dito, capturando-a, esterilizando-a, enfim. Daí a memória como inimiga da potência generativa da escrita.

Em contrapartida, a vitalidade de uma escrita porosa ao esquecimento residiria exatamente em sua capacidade de abrigar a gratuidade dos acontecimentos sobre os quais ela se debruça, sem causar-lhes constrangimento ou coação. Ao contrário, trata-se tão somente de se deixar atravessar por eles – engravidar-se deles, quiçá. Clarice Lispector (1994) bem o dirá:

O processo de escrever é feito de erros – a maioria, essenciais – de coragem e preguiça, desespero e esperança de vegetativa atenção, de sentimento constante (não pensamento) que não conduz a nada, não conduz a nada, e de repente aquilo que se pensou que era “nada” – era o próprio assustador contato com a tessitura de viver – e esse instante de reconhecimento (igual a uma revelação) precisa ser recebido com a maior inocência, com a inocência de que se é feito. (p. 483-484)

A escrita, compreendida como um duplo golpe feito de atenção vegetativa e de inocência conceptiva, torna-se vapor, matéria líquida, impermanência pura. Daí sua inclinação a fundar mundos improváveis,

tão fulgurantes quanto fugazes, posto que ela se quereria tão somente metastática, fomentadora de mais escrita. Trata-se do ensino irrefreável de ela mesma vir a ser matéria de escrita – essa sua capacidade notável de autofecundação e de automultiplicação, indefinidamente. Daí também sua propensão a germinar mais vida naquele que escreve e, quem sabe, naquele que dela se apodera. Uma escrita-encontro de duas solidões incomensuráveis, enfim.

O terceiro e último argumento refere-se à alegada subordinação da escrita à leitura. Isso porque, na cartilha pedagógica corriqueira, a habilidade leitora figuraria como razão causal da competência escrevente, firmando-se, juntamente com o treino repetitivo, como sua condição necessária e suficiente.

Crivadas pelo olhar foucaultiano, as práticas de leitura revelar-se-ão, entretanto, como o meio privilegiado pelo qual o aluno é submetido à ampla gama de regimes de verdade carreados por meio do ensino. Este, aferrado à lógica da reconhecimento, será responsável pela retroalimentação de um universo intelectual fechado, interditando assim o princípio de que “todo e qualquer exercício escritural é, na verdade, um exercício contingente e sempre destinado a uma reescrita. [...] Todos escrevem a partir de rastos e de fragmentos de outras escritas” (Ó; COSTA, 2007, p. 111).

Ante os múltiplos acossamentos de que as práticas escriturais escolares são alvo e também instrumento, Jorge Ramos do Ó reclama uma alternativa estimulante:

[...] produzirmos no interior da cultura escolar mecanismos onde a escrita seja uma prática do cotidiano, onde o desejo de escrever se possa instalar, onde o desejo de compreender e imaginar o mundo se amplie. Tratar-se-ia de uma mudança de paradigmas: substituir a leitura pela escrita. (Ó; COSTA, 2007, p. 111)

Operar uma transmutação dos paradigmas lente e escrevente das práticas escolares, tal como sugere o autor português, exigiria abdicar da hipótese da afiliação e da dependência linear e progressiva entre leitura e escrita, cuja conexão se daria por vínculos de coerência e de conveniência. Ao contrário, se algo se passa entre elas, trata-se, no limite, de uma dispersão nem contingente, nem acidental, mas perene e necessária. Desta feita, diálogo descontínuo é o que, na melhor hipótese, aí se desenrola; um diálogo não harmonioso, marcado por uma heterogeneidade crispante. Melhor dizendo, um vazio deliberado é o que se afirma entre elas, um vazio estratégico que, paradoxalmente, propiciaria as condições de emergência do inédito.

A novidade da proposição de Ramos do Ó não remete, em absoluto, à supressão dos labores da leitura, mas precisamente à sua transubstanciação pela escrita. Dito de outro modo, trata-se de tomar os escritos alheios como um conjunto de pontos ora de passagem, ora de ancoragem do trabalho de ruminação do próprio pensamento, conferindo-lhes um *status* de intercessão pontual. Ler, portanto, com olhos nunca cabisbaixos.

Germinada no espaço intervalar, abismal e sempre vacante do encontro entre aquele que lê e aquele que escreve, a leitura firmar-se-ia como construção de uma paragem transitória ao comum entre eles, a fim de que, então, pudesse emergir o inaudito para além de ambos. Trata-se precisamente de uma relação de (in)fidelidade (VEIGA-NETO, 2006) com aqueles que escreveram antes, jamais de espoliação. Uma gratidão órfã, quiçá.

Disso decorre um jogo incerto entre leitura e escrita, de acordo com o qual a primeira só garantirá sua cota de legitimidade na medida em que se tornar plataforma de lançamento para a segunda, e esta converter-se em catalisadora de modos de pensamento sempre em estado de experimentação e de (re)composição.

Desse modo, aquele que escreve transmutar-se-ia num andarilho coletor de ideias, traçando por um itinerário errático e insuspeito,

marcado por escolhas mormente adventícias e fragmentárias mediante o que lhe é dado a ler. Com isso, romper-se-ia, talvez, a aura mistificadora em torno da prática leitora como algo virtuoso *per se*, bem como da escrita como algo cerimonial e reservado apenas aos iniciados ou aos agraciados por natureza.

A escrita, concebida desse modo, converte-se no ponto exato de irrupção de forças que teimam em não se vergar ao estabelecido, ao já dito, ao já pensado por outrem; abrigo temporário, portanto, da potência do pensamento não como ele se nos apresenta na tradição escolar (em geral, como reverência ao legado, via o expediente do comentário), mas como obra ainda por se fazer, em quaisquer tempo e lugar, caso assim o queiramos.

Se é verdadeira a premissa foucaultiana de que onde houver relações de poder haverá também resistência e, talvez, criação, deve ser igualmente verdadeira a suposição de que, em meio às práticas escriturais escolares, haverá frestas, dobras, espasmos, devires inventivos. Como dimensioná-los? Antes, como perspectivar a escrita escolar em seu aporte heterotópico, não finalista?

A escrita como modo de vida nas escolas

Roland Barthes, um dos pensadores contemporâneos de Foucault que se dedicou com mais afinco à problematização do ato de escrever, oferece um quadro minucioso de razões possíveis para tal ato. A arbitrariedade e a gratuidade seriam, segundo ele, marcas de nascer da escrita. Eis, na íntegra, uma de suas manifestações sobre o tema:

Como escrever não é uma atividade normativa nem científica, não posso dizer por *que* nem *para que* se escreve. Posso apenas enumerar as razões pelas quais imagino escrever:

1. por necessidade de prazer que, como se sabe, não deixa de ter alguma relação com o encantamento erótico;

2. porque a escrita descentra a fala, o indivíduo, a pessoa, realiza um trabalho cuja origem é indiscernível;
3. para pôr em prática um “dom”, satisfazer uma atividade instintiva, marcar uma diferença;
4. para ser reconhecido, gratificado, amado, contestado, constatado;
5. para cumprir tarefas ideológicas ou contra-ideológicas;
6. para obedecer às injunções de uma tipologia secreta, de uma distribuição guerreira, de uma avaliação permanente;
7. para satisfazer amigos, irritar inimigos;
8. para contribuir para fissurar o sistema simbólico de nossa sociedade;
9. para produzir sentidos novos, ou seja, forças novas, apoderar-me das coisas de um modo novo, abalar e modificar a subjugação dos sentidos;
10. finalmente, como resultado da multiplicidade e da contradição deliberadas dessas razões, para burlar a idéia, o ídolo, o fetiche da Determinação Única, da Causa (causalidade e “boa causa”) e credenciar assim o valor superior de uma atividade pluralista, sem causalidade, finalidade nem generalidade, como o é o próprio texto. (2004a, p. 101-102)

Sem fundamento *a priori*, nem finalidade de nenhuma espécie, o trabalho da escrita solidariza-se com a tarefa do viver em sua multiplicidade imanente. Uma escrita-subsistência, em outros termos.

É a escritora Doris Lessing quem, no entanto, oferece uma das mais tocantes justificativas para tal gesto: “Eu escrevo porque sou um animal escritor” (*apud* BRITO, 2007b, p. 75). Escreve-se porque não se podem evitar as forças extraordinárias que aí se insinuam, que insistem durante algum tempo e que, então, evaporam para nunca mais retornarem.

Atitude de espreita constante em relação ao que se nos passa, a escrita definir-se-á doravante por nenhum chamamento transcendental, nenhuma inspiração extranatural,

nenhuma genialidade, nem seu oposto, ancestralidade. Nenhum pendor, nenhum mistério. Antes, atordoamento, extravasamento, desfiguração e, oxalá, desmanche de si. Do mesmo modo, nenhum apego a nenhuma espécie de missão transcendente ou restaurativa. Nenhum rastro humanista/humanizador, portanto. Nem redenção, nem danoção; transmutação tão-somente. Potência de existir.

Tomaz Tadeu (2007) é um dos autores que, no quadrante educacional nacional, apresenta um conjunto de nortes tão vigorosos quanto audaciosos no que se refere aos procedimentos de escrita e, sobretudo, à lida ético-intelectiva aí implicada. Vejamos:

[...] 90. Não cite. Vampirize. 28. Não ornamente. Desmanche. 39. Não embeleze. Suje. 89. Não decore. Borre. 55. Não limpe. Manche. 145. Não floreie. Desflore. 18. Não regule. Fabule. [...] 10. Não discorra. Distorça. 66. Não discurse. Desconverse. 200. Nem ordem, nem inversão. Diversão. 22. Não explique. Complique. 9. Não empilhe. Cave. 69. Não empaste. Raspe. 33. Não enfileire. Descarrilhe. 88. Não siga o caminho. Saia do trilho. 301. Não focalize. Disperse. 15. Não organize. Embaralhe. 78. Não dê forma. Deforme. 35. Não funda. Confunda. 101. Não centralize. Distribua. 102. Pra quê régua? Enfie os dedos. 38. Pra quê compasso? Meta os pés. (p. 309-310)

Tal perspectiva acerca do trabalho intelectualivo/escritural assentaria suas raízes num tipo de procedimento mais afeito à instalação de ideias e menos à demonstração científica; procedimento entusiasta de uma conduta desafiadora e, quiçá, desestabilizadora dos imperativos pedagógicos que sustentam os automatismos escriturais; procedimento semelhante àquele que Deleuze e Guattari (1992) evocam:

O pintor não pinta sobre uma tela virgem, nem o escritor escreve sobre uma página branca, mas a página ou a tela estão já de

tal maneira cobertas de clichês preexistentes, preestabelecidos, que é preciso de início apagar, limpar, laminar, mesmo estraçalhar para fazer passar uma corrente de ar, saída do caos, que nos traga a visão. (p. 262)

O trabalho da escrita torna-se, pois, indistinguível do da criação. Edificação de uma *zona autônoma temporária*, assim como a propõe Hakim Bey (2004), a escrita aí em causa remeteria a pequenos levantes, não a salvo-condutos; a pequenos festivais, não a revoluções. Uma escrita-combate que desafiaria determinações de múltiplas ordens, que alterasse destinos já traçados, que transformasse vidas indelevelmente. Uma escrita-arrebentação, por assim dizer.

É o que se toma como argumento terminal deste ensaio, em consonância à proposição de uma *escrita-artista*, tal como a concebe Sandra Mara Corazza (2006): “Uma escrita que cria um mundo incerto e perigoso é a única força que faz o professor diferenciar-se, isto é, tornar-se o que ele é, para além do que dele foi feito” (p. 22).

O ato de escrever passa, então, a se definir como encorajamento para o deslocamento, sem destinação de véspera, das vidas ali de passagem; vidas decerto comprimidas por quatro paredes seculares, mas igualmente sequiosas pela intensificação das forças nômade que as obrigam a se deslocar rumo à eterna novidade que lhes é requisito; vidas levadas a cabo em meio ao fogo cruzado de ideias e de corpos turbulentos, intemperantes, errantes; vidas como obras abertas, enfim.

Assim reputado, o ato de escrever confunde-se inteiramente com o trabalho incansável de viver em sua exuberância possível: superfícies de contato; intensidades passageiras; potência de existir, mais uma vez.

A escrita-artista não é nunca simples. Ela não normatiza, não representa, não conta história, não ilustra nem narra o que se passou. Algo passa por ela. [...] O escritor-artista é um

faxineiro: ele esvazia, raspa, escova, limpa. Ele escreve sobre os códigos, palavras de ordem, regimes de signos, para rechaçá-los, embaralhá-los, invertê-los, subvertê-los. No entanto, ele distingue o que lá pulula: aquilo que favorece a escrita, o que a obstaculiza, aquilo que a bloqueia, o que deixa passar intensidades. (CORAZZA, 2006, p. 35)

Se há uma espécie de grão inumano nesse tipo de apropriação da escrita escolar, isso se deve ao fato de que a autocriação ético-estética aí implicada se projeta como hospedagem da pluralidade de forças informes e, ao mesmo tempo, colossais que estão a nos atravessar a cada instante. Forças descontínuas, espasmódicas, dispostas apenas ao encontro com a diferença. Forças que “simplesmente se efetivam, irradiando vontades de potência, agindo sobre outras, resistindo a outras, querendo estender-se até o limite, manifestando um querer-vir-a-ser-mais-forte” (CORAZZA, 2006, p. 28). Forças contrárias ao que já se pensa, ao que já se sabe: essa matéria ingerida, deglutida e expelida. Forças avizinhas àquilo que faz Clarice Lispector (1975) declarar de modo magistral:

Eu sei de muito pouco. Mas tenho a meu favor tudo o que não sei e – por ser um campo virgem – está livre de preconceitos. Tudo o que não sei é a minha parte maior e melhor:

é a minha largueza. É com ela que eu compreenderia tudo. Tudo o que não sei constitui a minha verdade. (p. xvii)

Se, por um lado, a inconstância e a imprevisibilidade constituem os maiores riscos desse tipo de empreitada, por outro, seu vigor residiria exatamente na abertura ao encontro com acontecimentos não previstos outrora e vagamente esboçados agora, à moda do *não saber* lispectoriano. Trata-se do inextricável movimento de diferença e de variação que uma escrita não cativa das convenções pedagógicas da época faculta e, ao mesmo tempo, exige de todo aquele que por ela envereda. A escrita como aproximação desobstruída à liberdade, por fim.

Escrita que se dá a ler sem amarras, sem cláusulas de barreira, sem extorsão nem aliciamento do leitor. Escrita andarilha, solitária, desgarrada da luz. Escrita atravessada “por uma paixão noturna, livre, desgraçada e inútil que interrompe por um momento, fazendo vazia e insignificante toda a segurança, toda a estabilidade, toda a felicidade e todo o sentido do dia” (LARROSA, 2004, p. 28).

Escrita-acontecimento: gesto limítrofe de uma criatura desgarrada que uiva diante da longa noite sem consolo dos homens, mediante a qual nada lhe restaria além de emitir sinais ao léu, na tentativa de encontrar uma réplica ao longe no infinito variável do tempo presente.

Referências

- ARTIÈRES, Philippe. A polícia da escritura: práticas do panóptico gráfico. In: KOHAN, Walter Omar; GONDRA, José. (Orgs.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 37-49.
- BARTHES, Roland. **Inéditos, I**: teoria. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.
- _____. **O rumor da língua**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.
- BEY, Hakim. **TAZ**: zona autônoma temporária. 2. ed. São Paulo: Conrad, 2004.
- BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BRITO, José Domingos de (Org.). **Como escrevo?** 2. ed. São Paulo: Novera, 2007a.
- _____. **Por que escrevo?** 3. ed. São Paulo: Novera, 2007b.
- CORAZZA, Sandra Mara. **Artistagens**: filosofia da diferença e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Disponível em: <http://www.oestrangeiro.net/index.php?option=com_content&task=view&id=67&Itemid=51>. Acesso em: 20/12/2005.
- _____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: 34, v.1. 1995.
- _____. **O que é a filosofia?** São Paulo: 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. In: _____. **Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, (Ditos & escritos VI). p. 289-347.
- _____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. Eu sou um pirotécnico. In: POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault, entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006, p. 67-100.
- _____. **História da loucura na Idade clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. A escrita de si. In: _____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a, (Ditos & escritos V). p. 144-162.
- _____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b, (Ditos & escritos V). p. 264-287.
- _____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004c.
- _____. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, (Ditos & escritos IV). p. 203-222.
- _____. O grande internamento. In: _____. **Problematização do sujeito**: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, (Ditos & escritos I). p. 285-296.
- _____. Linguagem e literatura. In: MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a, p. 137-174.
- _____. O que é um autor? In: _____. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001b, (Ditos & escritos III). p. 264-298.

- _____. **Raymond Roussel**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- _____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 253-278.
- _____. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GROS, Frédéric. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 127-138.
- LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.
- _____. **Seleta**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1975.
- Ó, Jorge Ramos do; COSTA, Marisa Vorraber. Desafios à escola contemporânea: um diálogo. **Educação & Realidade**, v. 32, n. 2, p. 109-116, jul./dez. 2007.
- ONFRAY, Michel. **A potência de existir: manifesto hedonista**. Lisboa: Campo da comunicação, 2009.
- ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 30-45.
- TADEU, Tomaz. Político. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 45, p. 309-322, jun. 2007.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Na oficina de Foucault. In: KOHAN, Walter Omar; GONDRA, José (Orgs.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 79-91.
- VEYNE, Paul. **Foucault, o pensamento, a pessoa**. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

Enviado em: 14.11.10

Aprovado em: 18.03.11

Julio Groppa Aquino é docente da graduação e da pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com mestrado e doutorado em Psicologia Escolar pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, bem como pós-doutorado pela Universidade de Barcelona. Pesquisador do CNPq.